

Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX*

Renato Perim Colistete†

Sumário: 1. Introdução; 2. Regiões e Expansão Cafeeira; 3. A Estrutura da Produção Agrícola; 4. Especialização Regional; 5. Especialização das Propriedades Rurais; 6. Pequenas e Grandes Propriedades na Oferta Agrícola; 7. Conclusões; Apêndice. Classificação das regiões de São Paulo e seus municípios.

Palavras-chave: Agricultura Cafeeira, Especialização Agrícola, São Paulo.

Códigos JEL: N53, O13, Q12.

Este artigo analisa a especialização da produção agrícola nas regiões e nas propriedades rurais do estado de São Paulo no início do século XX, após décadas de transformações causadas pela difusão da lavoura do café. O trabalho utiliza dados de mais de 40 mil propriedades rurais para examinar a estrutura de produção e a especialização produtiva em onze regiões que cobrem a totalidade do território do estado de São Paulo no auge da economia cafeeira. Além das regiões, o artigo aborda como as propriedades rurais distribuíram seus recursos produtivos entre produto de exportação (café) e produtos destinados ao consumo interno. A análise traz à luz novas evidências, corroborando parte da literatura, mas divergindo de outras ideias estabelecidas na historiografia. No início do século XX, virtualmente todas as regiões de São Paulo produziam café, mas quase todas elas se especializaram em mais de um produto agrícola, com a exceção da região da Mogiana. Além das grandes propriedades ressaltadas na literatura, as pequenas propriedades também foram atraídas para a produção de exportação e se especializaram na produção do café. Por sua vez, as grandes propriedades não só se especializaram na produção de alimentos (além do café), mas dominaram a oferta dos principais produtos destinados ao mercado doméstico.

This article deals with agricultural specialization in regions and farms of the state of São Paulo in the early twentieth century, after several decades of changes caused by the coffee boom. We use data from more than forty thousand farms to examine the agrarian structure and specialization in eleven regions which cover the whole state of São Paulo at the time. The article also shows how farms chose between export (coffee) and internal market crops. The results lend support to part of the literature

*Agradeço aos participantes do 10º Congresso Brasileiro de História Econômica, em Juiz de Fora; do 42º Encontro Nacional de Economia, em Natal; e especialmente a Maria Lúcia Lamounier e Pedro Garcia Duarte pelos comentários e sugestões a uma versão preliminar deste trabalho.

†Departamento de Economia, Universidade de São Paulo. Rua Luciano Gualberto, 908, Cidade Universitária, São Paulo-SP. CEP 05508-010. E-mail: rcolistete@usp.br



but add new evidence which diverges from established notions among historians. In the early twentieth century, all regions of São Paulo cultivated coffee, but nearly all of them specialized in more than one agricultural product, except the Mogiana region. Besides the plantations highlighted by the literature, small farms were also drawn into export production and specialized in coffee. In turn, large properties not only specialized (apart from coffee) in food crops, but dominated the supply of the main products for internal markets.

1. INTRODUÇÃO

No início do século XX, São Paulo havia alcançado a posição de maior produtor de café no Brasil e no mundo, resultado da expansão da fronteira agrícola que ganhou novo impulso em meados do século anterior. Longe de homogênea e linear, a expansão da fronteira agrícola assumiu diferentes características de acordo com o momento em que as regiões foram incorporadas ao *boom* cafeeiro e as condições fisiográficas, demográficas e institucionais existentes. O deslocamento de sítios e fazendeiros em busca de novas terras, a entrada de imigrantes europeus e a chegada das ferrovias no interior de São Paulo refletiram as possibilidades criadas para a produção de exportação tanto em terras já há tempos exploradas com atividades agrícolas diversas e criação de animais quanto em áreas cobertas por florestas, campos e cerrados, habitadas por indígenas e por poucas famílias pioneiras, geralmente dispersas e isoladas (Pestana, 1923, cap.1–3; Monbeig, 1998).

Dois aspectos da diversidade da expansão agrícola em São Paulo foram ressaltados por geógrafos e historiadores já nas primeiras décadas do século XX. Primeiro, o fato do avanço do café ter sido desigual entre as diferentes áreas da província (e, depois, estado), com regiões e municípios empregando parcelas crescentes de suas terras cultivadas na agricultura de exportação enquanto outros o faziam apenas marginalmente ou de forma secundária. Na realidade, as regiões marginais da cafeicultura também iriam fazer parte do *boom* exportador, mas por meio da especialização em atividades que se beneficiaram com o aumento da renda interna e da demanda derivada do café. Segundo, a expansão cafeeira em diversas regiões do estado de São Paulo combinou-se com o crescimento simultâneo da produção agrícola destinada ao mercado doméstico. Produtos de exportação e produtos para o consumo interno foram cultivados lado a lado mesmo nas regiões em que o café mais se expandiu.¹

Este artigo analisa a especialização da produção agrícola no estado de São Paulo no início do século XX, enfatizando a variedade da estrutura agrária encontrada em suas regiões e propriedades rurais. Os dados utilizados referem-se a mais de 40 mil propriedades rurais pesquisadas pela Secretaria de Agricultura de São Paulo no ano agrícola de 1904–1905 (São Paulo, 1906-1907). Inicialmente, o artigo examina de que maneira diferentes regiões adaptaram suas estruturas agrárias à rápida expansão dos mercados no século XIX e qual foi o perfil de especialização produtiva daí resultante. A análise utiliza evidências e medidas quantitativas que demonstram que a especialização agrícola variou substancialmente entre as regiões do estado de São Paulo, inclusive entre as próprias zonas tipicamente cafeeiras, resultado que corrobora as pesquisas de historiadores e geógrafos mencionados antes. No início do século XX havia três zonas especializadas na produção cafeeira, mas apenas uma delas (a Mogiana) o era exclusivamente no café. As outras duas zonas cafeeiras (Araraquarense e Paulista) e as demais regiões de São Paulo especializavam-se em outros produtos além do café, geralmente voltados ao consumo doméstico.²

A outra questão tratada no artigo diz respeito à esfera das decisões das propriedades rurais: qual foi a combinação de culturas agrícolas adotada por produtores rurais sob diferentes circunstâncias geográficas e econômicas? Em que medida o domínio crescente do café levou também a uma especialização

¹Entre os principais trabalhos do início do século XX com essa perspectiva, ver Deffontaines (1936a, 1936b); Denis (1909); James (1932); Milliet (1939/1982b); Monbeig (1937); Platt (1935); Prado Jr. (1945b); Sampaio (1900–1901).

²Ver o Apêndice para a classificação das regiões de São Paulo e seus municípios.

no nível microeconômico das propriedades rurais? Pequenas e grandes propriedades distinguiram-se em suas estratégias de produção? Como veremos, as evidências indicam que, no início do século XX, as grandes propriedades do estado de São Paulo tenderam a ser as mais especializadas no cultivo do café, mas as pequenas propriedades acompanharam essa tendência apresentando elevados níveis de especialização no produto de exportação nas zonas tipicamente cafeeiras. Esse resultado põe em xeque a noção de que a lavoura do café em São Paulo tenha sido uma atividade essencialmente vinculada a grandes fazendas e elevadas economias de escala.³ Por extensão, o resultado conflita também com a tese de que o Brasil divergiria de outros países da América Latina, tais como Venezuela, Costa Rica e partes da Colômbia, cuja produção cafeeira contou com uma substancial, ou mesmo majoritária, presença de pequenas propriedades.⁴

Por outro lado, as grandes propriedades de São Paulo apresentaram maior flexibilidade nas suas decisões de produção do que geralmente é assumido: embora as pequenas unidades rurais em geral fossem mais especializadas nos produtos para consumo doméstico (tais como milho e feijão), as grandes propriedades apresentaram também alto grau de especialização nesse tipo de produção. Mais importante ainda, em termos de volume de produção, as grandes propriedades dominaram a oferta dos principais produtos agrícolas destinados ao consumo doméstico, contrariando a percepção comum de que as pequenas propriedades tenham tradicionalmente se especializado e se tornado as principais fornecedoras para o mercado interno.⁵ A produção de alimentos somente foi dominada por pequenas propriedades em certas regiões (a Capital e o Vale do Paraíba e Litoral Norte), mas não em uma escala suficiente para alterar o predomínio das grandes propriedades na oferta de mantimentos no conjunto do estado de São Paulo. Essas questões serão tratadas em detalhe nas seções seguintes.

2. REGIÕES E EXPANSÃO CAFEIRA

Desde a primeira metade do século XIX, o crescimento do café incorporou rapidamente novas áreas à produção de exportação e, por volta de 1900, as regiões que cultivavam o produto eram substancialmente distintas da área — Vale do Paraíba e Litoral Norte — onde se iniciou a expansão cafeeira em São Paulo. Ao lado de regiões ocupadas nos primórdios da colonização, antigas produtoras de cana-de-açúcar, alimentos e gado (como a Capital, o Vale do Paraíba e Sorocaba) e outras na fronteira da expansão do café (Ribeirão Preto), havia áreas extensas que ainda no início do século XX eram pouco conhecidas e habitadas majoritariamente por populações indígenas e famílias pioneiras vivendo em áreas isoladas (como nas regiões dos rios do Peixe, Aguapeí e Paranapanema).⁶ As condições fisiográficas, o regime de propriedade da terra e o tipo de atividade econômica existentes influenciaram diretamente o modo com que a demanda internacional do café foi assimilada pelas estruturas de produção locais.

Não por acaso, os primeiros estudos sobre a expansão cafeeira em São Paulo deram atenção especial aos fatores que deveriam ser utilizados para classificar as regiões que constituíam a extensa e diversificada área agrícola do estado. Ainda na década de 1930, Pierre Deffontaines constatou a dificuldade de se estabelecer uma classificação coerente das regiões de São Paulo tendo em vista a instabilidade da exploração agrícola e da população, que rapidamente deslocava-se em busca de novas terras e oportunidades, enquanto novos produtos e atividades produtivas sucediam-se na mesma região. Considerando arbitrária a classificação já então convencional das áreas ocupadas pelas linhas ferroviárias, Deffontaines propôs uma tipologia baseada nas características geológicas e topográficas do estado de São Paulo, chegando a um total de 19 regiões fisiográficas (Deffontaines, 1936a, 1936b).

³Uma formulação clássica da visão dual que opõe grandes e pequenas propriedades na economia de exportação é a de Prado Jr. (1945/1969, pp.163–4 e 248–52). Ver também Camargo (1952, p.191) e Costa (1966/1998, pp.75 e 522). Críticos de Caio Prado Jr. também compartilham da mesma visão: ver uma análise explícita (para o Rio de Janeiro) nesses termos em Castro (1987, pp.22–61) e de Castro (1988).

⁴Ver, por exemplo, Yarrington (1997, p.64) e Solbrig (2008, p.508).

⁵Para essa interpretação no período aqui tratado, ver: Cano (1981, pp.60–61) e Font (1990, pp.18–21).

⁶Ver Sampaio (1890); Cobra (1923); Prado Jr. (1945b, pp.924–31); Monbeig (1998, pp.183–88); e Monbeig (1957).



Apesar das qualificações de Deffontaines, outras tipologias continuaram enfatizando aspectos econômicos e populacionais de São Paulo no século XIX e início do século XX, deixando em segundo plano as características da geografia física. O estudo mais conhecido e influente nessa linha foi o de Sérgio Milliet (1939/1982b). Utilizando critérios relacionados à expansão da cultura do café, aos movimentos populacionais e às áreas de influência das ferrovias, Milliet dividiu o estado de São Paulo em sete regiões: zona Norte (inclusive litoral), Central e aquelas abrangendo municípios tributários das ferrovias Mogiana, Paulista, Araraquarense, Noroeste e Sorocabana (Milliet, 1939/1982b, pp.13–15). Em outro estudo, o autor incluiu três zonas adicionais à sua classificação anterior: Capital–Santos, Baixa Sorocabana e Litoral Sul (Milliet, 1939/1982a, pp.70–71).

Posteriormente, outros autores adotaram classificações com critérios alternativos. Pierre Monbeig (1945-1946), por exemplo, reelaborou a proposta original de Deffontaines, combinando elementos geográficos e econômicos em uma nova classificação com quatro regiões fisiográficas básicas, doze sub-regiões secundárias e trinta e cinco zonas definidas de acordo com características econômicas aproximadamente homogêneas dos municípios. Talvez pela complexidade das subdivisões ou pelo predomínio ainda de critérios fisiográficos, a classificação de Monbeig acabou recebendo pouca acolhida. Já a classificação de Milliet passou a ser amplamente utilizada nas décadas seguintes. O trabalho mais conhecido que empregou a divisão regional de Milliet foi o de José Francisco de Camargo sobre a população e a economia de São Paulo, já com a inclusão das três zonas às sete originais de *Roteiros do Café* e algumas adaptações marginais (Camargo, 1952, pp.23–48). Mais tarde, Joseph Love adotou a classificação de Milliet adaptada por Camargo (Love, 1982, 41–51). Thomas Holloway, por sua vez, também utilizou a tipologia de Milliet, mas com modificações em relação à adaptação de Camargo (Holloway, 1974, Appendix I).

Na análise a seguir, utilizaremos a divisão regional de Milliet na versão modificada de Holloway, por parecer mais adequada ao período aqui estudado. As principais diferenças da versão de Holloway em relação à de Camargo são a manutenção da zona da Paulista de acordo com a divisão original de Milliet (apenas integrando a Alta Paulista à zona Noroeste, em vez da divisão “Paulista”, “Alta Paulista” e “Baixa Paulista”) e a criação de uma nova região em torno de Sorocaba, desmembrada da zona da Capital (Holloway, 1974, Appendix I). As onze zonas e seus respectivos municípios são apresentados no Apêndice, com suas datas de fundação e nomes oficiais em 1905. Para facilitar a identificação, as denominações atuais dos municípios são incluídas entre parênteses. Ao todo, são 171 municípios em 1905 que produziam aproximadamente 70% do café exportado pelo Brasil.⁷

Na época, as áreas de produção de café mais antigas já estavam em pleno declínio, enquanto outras regiões ainda se encontravam no início da expansão cafeeira. Milliet demonstrou que a situação econômica dos municípios de São Paulo não estava associada apenas ao sucesso da cultura do café, que pela sua natureza extensiva tendia a ser efêmera, mas dependia em especial da capacidade das localidades diversificarem sua produção agrícola e suas atividades urbanas de produção de manufaturas, de comércio e financiamento. Assim, enquanto o Vale do Paraíba era caracterizado como “zona morta, que o café desbravou, povoou, enriqueceu e abandonou antes que criasse raízes para o progresso”, a Mogiana e a Paulista tiveram destino diferente, pois nelas “a decadência do café teve por consequência não o abandono das terras, como na zona norte, mas o ensaio de outras culturas substitutivas”, além da produção de manufaturas e serviços. Como observa Milliet, citando um município particular, “de como tais fatores podem modificar as condições do abandono cafeeiro, vê-se pelo aumento contínuo da população de Rio Claro em oposição à decadência da produção de café” (Milliet, 1939/1982b, pp.37 e 50–52).

O cenário de expansão e declínio identificado por Milliet pode ser resumido por meio da evolução da população das onze zonas tributárias descritas no Apêndice, considerando os anos de 1872, 1886, 1907 e 1920 (Tabela 1).⁸

⁷Calculado com dados de exportação para 1910, extraídos de Brasil (1917, p.117).

⁸Milliet (1939/1982b) utilizou dados de 1836, 1854, 1886, 1920 e 1935.

Tabela 1. População por Regiões do Estado de São Paulo, 1872–1920.

Regiões	1872	%	1886	%	1907	%	1920	%
Capital	46.775	5,6	74.895	6,2	352.375	11,3	654.578	14,3
Vale do Paraíba e Litoral Norte	251.423	29,9	335.932	27,7	474.919	15,3	484.699	10,6
Sorocaba	78.763	9,4	103.789	8,6	150.532	4,8	190.423	4,2
Central	141.234	16,8	179.021	13,0	394.476	12,7	487.175	10,6
Mogiana	122.057	14,5	184.021	15,2	621.782	20,0	811.974	17,7
Paulista	69.614	8,3	133.733	11,0	362.109	11,7	530.257	11,6
Araraquarense	16.347	1,9	33.151	2,7	281.905	9,1	583.801	12,7
Noroeste	—	—	—	—	21.248	0,7	151.771	3,3
Alta Sorocabana	40.377	4,8	81.670	6,7	219.979	7,1	392.006	8,6
Baixa Sorocabana	42.131	5,0	64.847	5,4	114.748	3,7	134.227	2,9
Santos e Litoral Sul	32.300	3,8	42.434	3,5	113.468	3,7	161.950	3,5
Total Estado de São Paulo	841.021	100,0	1.233.493	100,0	3.107.541	100,0	4.582.861	100,0

Nota: Até 1887, o município de Bauru (Noroeste) pertencia a Lençóis.

Fontes: Brasil (1876), São Paulo (1888), Brasil (1917), Brasil (1926).

A Tabela 1 mostra que a zona do Vale do Paraíba e Litoral Norte sofreu acentuado declínio em sua participação na população total do estado de São Paulo entre 1872 e 1920, resultado da decadência do café e da pequena expansão relativa das atividades que o substituíram na maior parte dos municípios. Outras regiões antigas — Central e Sorocaba — também tiveram reduções relativas da população, embora vários de seus municípios tenham sido capazes de diversificar suas atividades econômicas. A Mogiana e a Paulista, prolongamentos da região Central na expansão cafeeira do final do século XIX, já diminuía o ritmo do crescimento populacional nas primeiras décadas do século XX diante das mais recentes fronteiras agrícolas — Araraquarense, Noroeste e Alta Sorocabana. A maior parte dessas três últimas zonas era ainda formada, em 1907, por extensas áreas que seriam colonizadas nos anos seguintes. A estrutura da produção agrícola de todas as regiões é analisada a seguir.

3. A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

As informações quantitativas sobre a atividade agrícola no início do século XX demonstram de forma clara as diferentes situações das regiões de São Paulo após décadas de expansão cafeeira. Os dados utilizados nesta e nas seções seguintes foram extraídos da *Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo*, elaborada pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo e que coletou informações detalhadas das propriedades rurais de 171 municípios e mais de 50 mil propriedades rurais em 1904–1905 (São Paulo, 1906-1907).⁹ A Tabela 2 apresenta o número de municípios e propriedades com informações disponíveis para cada uma das regiões descritas no Apêndice e no estado de São Paulo como um todo.¹⁰

Conforme mostra a Tabela 3, a zona da Mogiana possuía a maior extensão de terras particulares, com cerca de 17,8% da área total ocupada por propriedades rurais no estado de São Paulo (coluna “Área Total”). Não por coincidência, as outras zonas tributárias das ferrovias também se destacavam em termos de área das propriedades rurais: Alta Sorocabana (14,1%), Araraquarense (12,6%) e Paulista (12,1%). As menores áreas de propriedades rurais no conjunto do estado encontravam-se, como esperado, nas regiões de Santos e Litoral Sul (1,8%) e Capital (1,8%).

⁹Os dados foram extraídos da edição crítica da *Estatística Agrícola* realizada por Bassanezi & Francisco (2003).

¹⁰Seis municípios não tiveram suas informações publicadas (conf. Bassanezi & Francisco, 2003): Apiaí, Iguape, Itú, Mogi das Cruzes, Santa Isabel e Tietê. Por esse motivo, a Tabela 2 totaliza os dados disponíveis de 165 municípios e suas propriedades.

**Tabela 2.** Municípios e Propriedades Rurais, São Paulo, 1904-1905.

Regiões	Nº de municípios	Nº de propriedades
Capital	7	2.524
Vale do Paraíba e Litoral Norte	35	10.921
Sorocaba	13	2.570
Central	18	7.344
Mogiana	27	8.086
Paulista	17	4.563
Araraquarense	16	5.597
Noroeste	1	341
Alta Sorocabana	16	4.015
Baixa Sorocabana	11	2.553
Santos e Litoral Sul	4	758
Total Estado de São Paulo	165	49.272

Fonte: São Paulo (1906-1907).

Tabela 3. Participação das Regiões na Área Agrícola das Propriedades Rurais, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Área Cultivada	Área em Mata	Área em Capoeira	Área em Campos e Pastos	Área em Brejos e Terra Imprestável	Área Total
Capital	1,1	1,2	2,2	2,3	1,8	1,8
Vale do Paraíba e Litoral Norte	12,4	10,6	17,0	5,7	27,1	11,0
Sorocaba	2,9	1,7	12,4	7,4	5,0	6,3
Central	15,8	4,5	12,7	8,2	7,1	8,8
Mogiana	24,9	12,0	9,6	28,0	4,4	17,8
Paulista	16,1	9,7	6,4	17,2	11,4	12,1
Araraquarense	13,4	19,6	7,0	8,4	8,0	12,6
Noroeste	0,4	12,9	0,4	0,4	0,6	4,7
Alta Sorocabana	7,6	17,2	12,1	14,7	14,8	14,1
Baixa Sorocabana	4,8	6,9	18,2	7,7	17,9	9,5
Santos e Litoral Sul	0,6	3,6	2,0	0,0	2,2	1,8
Total Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: Dados originais em alqueire paulista, daqui em diante citado apenas como alqueire. 1 alqueire = 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados. Dados agregados de 49.272 propriedades agrícolas, conforme Tabela 2.

Fonte: São Paulo (1906-1907).

Um quadro distinto é obtido quando se considera a área efetivamente empregada na produção agrícola. Novamente a Mogiana aparece com a maior área cultivada (24,9%) do total do estado de São Paulo, mas após a Paulista (16,1%) a antiga região Central (15,8%) aparece com destaque, seguida pela Araraquarense (13,4%) e outra zona antiga na expansão agrícola paulista, o Vale do Paraíba e Litoral Norte (12,4%). Alta Sorocabana (7,6%), Baixa Sorocabana (4,8%) e Noroeste (0,4%) apresentavam uma proporção de área cultivada substancialmente menor do que suas participações no total da área ocupada, o que indica que em tais regiões a produção agrícola mais intensiva ainda se encontrava em seus primórdios (Tabela 3).

De fato, a intensidade da exploração da terra variou significativamente entre as regiões do estado de São Paulo, conforme é possível constatar na Tabela 4. No conjunto do estado, apenas 12,4% da área das propriedades rurais eram cultivadas. A Central era a região com a maior área cultivada (22,2%), da mesma forma que a sua área com mata ocupava uma das menores parcelas (17,5%) das propriedades, indicando a expansão pioneira do café na região e a destruição acelerada das matas nativas (Dean, 1997, cap.5). As outras zonas que possuíam participações relativamente altas (considerando a média do estado) da área cultivada incluíam Mogiana (17,4%), Paulista (16,4%), Vale do Paraíba e Litoral Norte (14,0%) e Araraquarense (13,2%). Destas, apenas a região da Araraquarense conservava uma proporção ainda significativa de matas nativas (53,5%), situação que seria transformada nas décadas seguintes com o rápido crescimento demográfico e a ocupação agrícola (Monbeig, 1998, pp.181–95).

A agricultura de São Paulo no início do século XX foi dominada pelo principal produto de exportação: nada menos do que 55,3% da área cultivada eram utilizados na lavoura do café. Do ponto de vista das regiões, porém, as diferenças eram enormes. Enquanto a Mogiana (69,0%), Araraquarense (63,8%), Paulista (61,9%) e Alta Sorocabana (55,2%) registravam bem mais da metade de suas terras cultivadas produzindo café, outras regiões apresentavam participações ínfimas, tais como a zona da Capital (1,1%), a Baixa Sorocabana (4,8%) e a região de Sorocaba (8,7%) (Tabela 5).

Outros produtos de destaque eram destinados ao mercado interno, em especial milho e feijão, com 25,5% e 9,8% da área cultivada, respectivamente, no total do estado de São Paulo. Esses eram produtos de amplo consumo, podendo ser cultivados intercalados entre as fileiras dos cafeeiros ou em áreas separadas.¹¹ Também nesses casos a variação regional era expressiva. Baixa Sorocabana (77,4%), Sorocaba

Tabela 4. Distribuição da Área Agrícola das Propriedades Rurais por Regiões, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Área Cultivada	Área em Mata	Área em Capoeira	Área em Campos e Pastos	Área em Brejos e Terra Imprestável	Área Total
Capital	7,9	24,3	26,5	39,5	1,9	100,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	14,0	33,0	33,1	15,8	4,1	100,0
Sorocaba	5,4	14,0	42,7	36,3	1,6	100,0
Central	22,2	17,5	30,6	28,2	1,4	100,0
Mogiana	17,4	23,1	11,6	47,6	0,5	100,0
Paulista	16,4	27,5	11,4	43,0	1,7	100,0
Araraquarense	13,2	53,5	12,0	20,2	1,2	100,0
Noroeste	1,2	94,1	1,7	2,9	0,2	100,0
Alta Sorocabana	6,8	41,1	18,2	32,0	1,9	100,0
Baixa Sorocabana	6,2	25,0	40,9	24,6	3,4	100,0
Santos e Litoral Sul	4,3	69,5	23,8	0,1	2,2	100,0
Total Estado de São Paulo	12,4	34,3	21,3	30,3	1,8	100,0

Fonte: São Paulo (1906-1907).

¹¹ Von Delden Laerne (1885), pp.241 e 246–7. Sobre o amplo consumo de milho no planalto paulista, Holanda (1956/1994).

**Tabela 5.** Participação da Área Plantada com Produtos na Área Cultivada, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Café	Cana-de-Açúcar	Algodão	Arroz	Milho	Feijão	Diversas
Capital	1,1	4,0	0,7	2,0	42,5	23,1	26,7
Vale do Paraíba e Litoral Norte	43,8	6,2	0,2	3,9	24,3	16,6	5,0
Sorocaba	8,7	2,5	12,0	4,8	54,3	15,0	2,7
Central	49,8	4,7	0,5	2,3	28,3	11,1	3,3
Mogiana	69	1,9	0,0	3,4	16,9	8,6	0,2
Paulista	61,9	1,9	0,0	2,9	22,9	10,1	0,3
Araraquarense	63,8	2,5	0,1	6,0	22,4	4,6	0,5
Noroeste	44,7	1,5	0,0	5,5	41,1	7,0	0,2
Alta Sorocabana	55,2	2,0	0,5	4,1	31,6	5,5	1,2
Baixa Sorocabana	4,8	1,6	1,5	8,3	68,1	9,3	6,3
Santos e Litoral Sul	12,9	1,3	0,0	35,9	7,6	4,3	38,0
Total Estado de São Paulo	55,3	2,9	0,5	3,9	25,5	9,8	2,1

Fonte: São Paulo (1906-1907).

(69,3%) e Capital (65,6%) ocupavam mais da metade de sua área cultivada com milho e feijão. As regiões em que predominava o café também possuíam uma área substancial plantada com milho e feijão. Outros produtos para consumo doméstico reunidos na categoria Diversas — tais como mandioca, batata, frutas, hortaliças, fumo e alfafa — tinham um peso significativo particularmente na área cultivada de regiões com pouca expressão na produção de café, como Santos e Litoral Sul (38,0%) e Capital (26,7%). A cana-de-açúcar era comum em praticamente todas as regiões, enquanto algodão e arroz ocupavam a maior área das propriedades de algumas zonas específicas — Sorocaba (algodão) e Baixa Sorocabana e Santos e Litoral Sul (arroz) (Tabela 5).

Também na Tabela 5 é possível notar que as regiões que empregavam maiores parcelas da terra no produto de exportação eram distintas daquelas que ocupavam maiores extensões de sua área cultivada com produtos típicos do mercado interno. Esse é um ponto que será analisado detalhadamente na próxima seção, mas aqui já é possível identificar algumas tendências gerais. A observação dessa tendência pode ser auxiliada por uma análise de correlação entre a área cultivada com café e a área com produtos destinados ao mercado doméstico nas diferentes regiões de São Paulo. Os coeficientes da Tabela 6 mostram que a maior presença do café era associada com menor participação da área cultivada com produtos do mercado interno. Todos os coeficientes relacionando café e tais produtos são negativos (conforme a primeira coluna da Tabela 6), com exceção da cana-de-açúcar, cujo coeficiente é positivo mas bastante baixo (0,0109). Vale lembrar que tais resultados referem-se à participação relativa dos produtos na área

Tabela 6. Correlação da Área Cultivada nas Regiões, São Paulo, 1904-1905.

Produtos	Café	Milho	Feijão	Arroz	Cana-de-Açúcar	Algodão	Diversas
Café	1	–	–	–	–	–	–
Milho	–0,5743	1	–	–	–	–	–
Feijão	–0,4631	0,3479	1	–	–	–	–
Arroz	–0,3549	–0,3724	–0,4317	1	–	–	–
Cana-de-açúcar	0,0109	–0,0745	0,6528	–0,3838	1	–	–
Algodão	–0,4431	0,5053	0,2932	–0,1036	–0,0434	1	–
Diversas	–0,6423	–0,2176	0,1787	0,7466	–0,033	–0,1237	1

Nota: Correlações de Pearson com os dados da Tabela 5.

Fonte: São Paulo (1906-1907).

cultivada dentro de cada região, ou seja, os coeficientes refletem o resultado agregado das decisões dos proprietários rurais quanto à distribuição da área plantada entre diferentes lavouras. Naturalmente, regiões com áreas cultivadas mais extensas — a Mogiana, por exemplo — tiveram influência bem maior nos resultados da área cultivada total dos produtos (como visto na Tabela 3).

Realmente, considerando agora os produtos específicos, as zonas da Mogiana (33,4%), Paulista (21,7%), Araraquarense (13,9%) e Central (13,3%) possuíam as maiores participações na área cultivada com café, totalizando 82,3% do estado de São Paulo em 1904-1905 (ver Tabela 7). Além disso, o que chama a atenção é que essas mesmas zonas estavam também entre as que possuíam as maiores áreas dos principais produtos destinados ao abastecimento interno — milho, feijão e arroz. Ou seja, mesmo com menos alqueires de sua área cultivada destinados a alimentos do que ao café, como foi visto antes, o tamanho absoluto da área cultivada com produtos para o mercado doméstico garantia um lugar proeminente às zonas cafeeiras também na lavoura de mantimentos em São Paulo. Por exemplo, Mogiana (17,8%), Paulista (17,4%) e Central (16,4) somavam as maiores áreas de produção de milho, seguidas pela antiga zona cafeeira do Vale do Paraíba e Litoral Norte (11,1%) e a Araraquarense (10,6%). Mogiana (23,5%) e Paulista (19,9%) também concentravam as maiores áreas com lavouras de feijão, embora aqui a zona do Vale do Paraíba e Litoral Norte (19,8%) tivesse uma posição de destaque, acompanhada pela região Central (16,7%).

Da mesma forma, a Mogiana (23,3%) concentrava a maior área de cultivo de arroz, acompanhada pela Araraquarense (18,6%), Paulista (14,4%) e o Vale do Paraíba e Litoral Norte (11,7%). Um perfil similar pode ser identificado em relação à área cultivada com cana-de-açúcar. Apenas no caso de algodão e de produtos diversos é que outras regiões ganhavam destaque: Sorocaba possuía 55,8% da área cultivada com algodão, enquanto Vale do Paraíba e Litoral Norte (28,5%), Central (23,9%) e a Capital (13,4%) somavam as maiores áreas de culturas diversas, boa parte formada por alimentos, o que indica a importância dessas zonas para o abastecimento dos mercados locais.

Esses resultados revelam características importantes da estrutura produtiva agrícola de São Paulo no início do século XX. Se, de um lado, o café destacava-se como produto principal, por outro lado, outros produtos agrícolas ocupavam uma parcela significativa da terra cultivada. As variações regionais foram grandes, com algumas zonas concentrando-se em produtos não destinados à exportação. Mas as regiões cafeeiras também eram aquelas com as maiores áreas absolutas dedicadas a produtos tipicamente do mercado interno, a exemplo do milho, feijão e arroz. Ainda assim, outros produtos importantes para o abastecimento local tinham a sua maior área de cultivo localizada nas zonas que não se destacavam na produção de café na época. Essas características aparentemente contraditórias serão analisadas com

Tabela 7. Participação das Regiões na Área Cultivada, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Café	Cana-de-Açúcar	Algodão	Arroz	Milho	Feijão	Diversas
Capital	0,02	1,4	1,6	0,5	1,7	2,4	13,4
Vale do Paraíba e Litoral Norte	9,2	24,5	4,0	11,7	11,1	19,8	28,5
Sorocaba	0,5	2,4	55,8	3,1	5,9	4,0	3,7
Central	13,3	24,0	15,5	9,0	16,4	16,7	23,9
Mogiana	33,4	17,7	0,3	23,3	17,8	23,5	3,0
Paulista	21,7	12,3	0,7	14,4	17,4	19,9	2,9
Araraquarense	13,9	10,4	2,7	18,6	10,6	5,7	3,0
Noroeste	0,4	0,2	0,0	0,7	0,8	0,4	0,1
Alta Sorocabana	7,3	5,0	7,7	7,9	8,9	4,1	4,3
Baixa Sorocabana	0,3	1,9	11,7	7,3	9,2	3,3	10,5
Santos e Litoral Sul	0,1	0,2	0,0	3,4	0,1	0,2	6,8
Total Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: São Paulo (1906-1907).



mais detalhe na próxima seção.

4. ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL

A especialização produtiva na agricultura de São Paulo no início do século XX pode ser medida por um índice que relacione a área destinada a uma lavoura específica em um região e a área ocupada por essa lavoura no estado como um todo. Um índice maior do que 1 indica que a região é especializada no cultivo de um determinado produto.¹² Formalmente, o índice de especialização é definido como

$$esp = \frac{e_i/e}{E_i/E}, \quad (1)$$

onde esp é o índice de especialização agrícola, e_i é a área cultivada com o produto i na região, e é a área cultivada total na região, E_i é a área cultivada com o produto i no estado de São Paulo, e E é a área cultivada total no estado de São Paulo.

A Tabela 8 traz estimativas do índice de especialização agrícola regional de São Paulo no início do século XX. É possível ver inicialmente que as zonas da Mogiana, Paulista e Araraquarense distinguiam-se pela especialização na produção de café. A Mogiana, que possuía a maior área cultivada com café do estado, era na época a única região que se especializava exclusivamente na produção cafeeira, enquanto a Paulista também se especializava na produção de milho e feijão e a Araraquarense no cultivo de arroz, além de café.

As demais regiões especializaram-se em outros produtos, ainda que todas elas também produzissem café. Mesmo sendo a quarta região com a maior área plantada com cafeeiros, conforme visto anteriormente, a zona Central não era na época especializada na cafeicultura, devido à diversificação de sua área cultivada com produtos como cana-de-açúcar, milho, feijão e diversos. A mais antiga região do café, o Vale do Paraíba e Litoral Norte, também já destinava relativamente mais terras para as lavouras de cana-de-açúcar, feijão e diversas, da mesma forma que a Capital prosseguiu em sua tradicional especialização na agricultura não-exportadora e, sobretudo, em produtos como batata, mandioca, hortaliças e

Tabela 8. Especialização Agrícola por Região segundo a Área Cultivada, São Paulo, 1904-1905.

Regiões	Café	Cana-de-Açúcar	Algodão	Arroz	Milho	Feijão	Diversas
Capital	0,01843	1,24404	1,39216	0,46583	1,53946	2,1721	11,975
Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,73761	1,95995	0,31684	0,93649	0,89207	1,58553	2,27988
Sorocaba	0,17162	0,87546	20,42268	1,11997	2,15287	1,4608	1,33732
Central	0,83155	1,49808	0,97197	0,56152	1,02757	1,04645	1,49506
Mogiana	1,32513	0,70382	0,01203	0,92659	0,70772	0,93362	0,11998
Paulista	1,33459	0,75894	0,04506	0,88942	1,07534	1,22854	0,1779
Araraquarense	1,02537	0,76836	0,19563	1,37526	0,78465	0,41941	0,22148
Noroeste	0,87909	0,54188	0	1,55265	1,75734	0,78018	0,11484
Alta Sorocabana	0,97011	0,66758	1,02063	1,0492	1,17511	0,55017	0,55983
Baixa Sorocabana	0,06195	0,39433	2,43673	1,52031	1,90469	0,67588	2,18537
Santos e Litoral Sul	0,13749	0,25738	0	5,4934	0,1763	0,25956	10,93256

Nota: Especialização da produção agrícola medida pelo índice definido no texto. Um índice maior do que 1,0 indica especialização na produção do bem.

Fonte: São Paulo (1906-1907).

¹²O índice de especialização corresponde ao coeficiente de localização usado em várias disciplinas. Ver Nakamura & Paul (2009, pp.306-7).

forragem para animais, classificados como diversas. Outra região antiga, Santos e Litoral Sul, apresentou altos índices de especialização no cultivo de arroz e produtos diversos, igualmente reproduzindo um perfil já estabelecido no século anterior. Sorocaba, por sua vez, era a região mais especializada no cultivo do algodão, ao lado de produtos tradicionais (milho, arroz, feijão e diversos). As demais zonas, Noroeste, Alta Sorocabana e Baixa Sorocabana, as duas primeiras ainda em um estágio inicial de entrada de imigrantes e expansão da fronteira agrícola, apresentavam um perfil próximo ao das zonas antigas no que diz respeito à especialização agrícola, com destaque para a produção de algodão, arroz, milho e diversos (Tabela 8).

O fato de apenas a região da Mogiana ter sido exclusivamente especializada em café no início do século XX sugere que a diversificação agrícola era muito maior do que tende a ser reconhecida pelas análises agregadas da economia de São Paulo durante a expansão cafeeira. A maior parte das regiões cultivava uma variedade de produtos ao lado do café. Ainda assim, em que medida a convivência do café com culturas diversas era de fato expressiva? E mais ainda, seria correto assumir que a presença do café estava associada a uma menor diversificação da produção agrícola? Analogamente à especialização, o grau de diversificação da área cultivada nas regiões de São Paulo pode ser estimado com um índice específico, conforme a seguinte equação (Singh & Dhillon, 1984, pp.220–21):

$$\text{índice de diversificação agrícola} = 1 - \frac{\text{Percentual da área total cultivada com produtos } n}{\text{Número de produtos } n}, \quad (2)$$

onde “produtos *n*” correspondem àqueles com 5% ou mais de área cultivada na região.

A Tabela 9 reproduz os índices de diversificação agrícola das regiões de São Paulo no início do século XX. As regiões com os maiores índices e, portanto, com a maior diversificação da produção agrícola eram a Capital, Santos e Litoral Sul e Sorocaba. Nenhuma delas era especializada no cultivo do café, embora todas apresentassem áreas plantadas com cafeeiros. As zonas com menor diversificação da produção agrícola compreendiam as três com especialização na lavoura cafeeira — Paulista, Mogiana e Araraquarense. Assim, o índice sugere que, de fato, a maior importância do cultivo do café era associada com menor diversificação agrícola nas regiões.

Esse resultado fica mais claro ao compararmos a área plantada com café e o índice de diversificação agrícola das regiões, como mostra a Figura 1. Há uma nítida relação entre aumento da participação da lavoura de café no total da área cultivada e diminuição do índice de diversificação agrícola nas regiões, inclusive naquelas que não eram especializadas na produção cafeeira, como por exemplo a zona Noroeste.

Tabela 9. Diversificação Agrícola, São Paulo, 1904-1905.

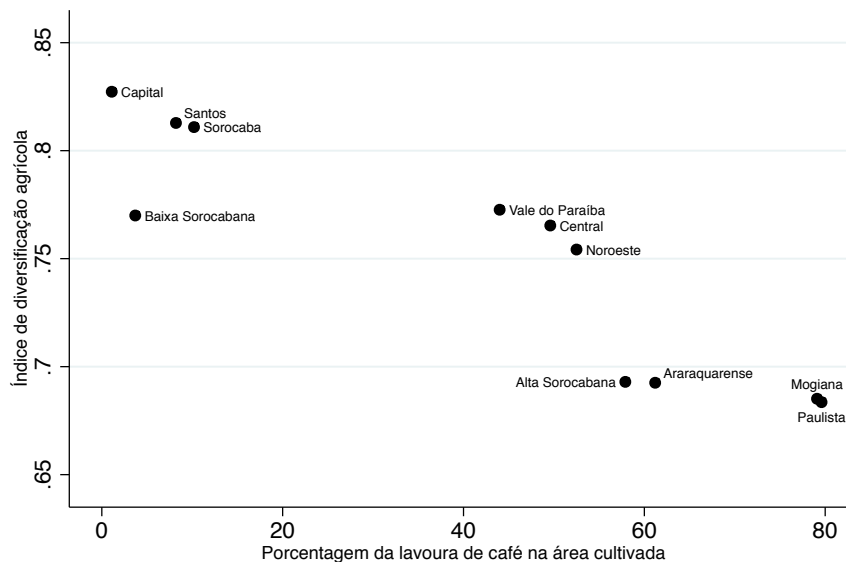
Regiões	Índice de diversificação agrícola
Capital	0,827
Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,773
Sorocaba	0,811
Central	0,765
Mogiana	0,685
Paulista	0,684
Araraquarense	0,693
Noroeste	0,754
Alta Sorocabana	0,693
Baixa Sorocabana	0,770
Santos e Litoral Sul	0,813

Nota: Índice de diversificação agrícola conforme definido na equação (2).

Fonte: São Paulo (1906-1907).



Figura 1. Área Cultivada com Café e Diversificação Agrícola, São Paulo, 1904-1905.



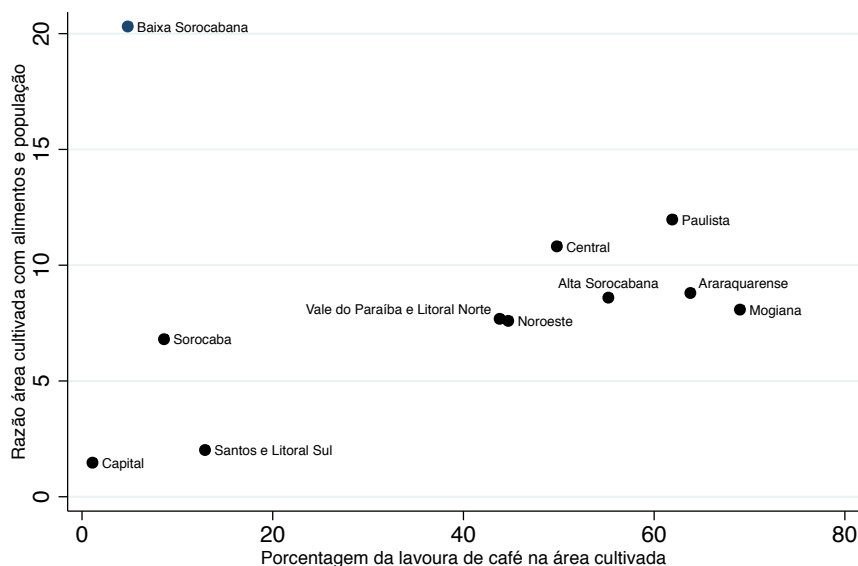
Fonte: Ver Tabela 2. Índice de diversificação definido na equação (2).

As regiões com os maiores índices de diversificação (Capital, Santos e Sorocaba) especializavam-se em produtos como milho, arroz e feijão.

É preciso observar, porém, que a queda da diversificação agrícola com o aumento da área plantada com café não implicava que a produção de outros produtos fosse inexpressiva nas regiões cafeeiras. Ao contrário, como foi visto antes, as zonas especializadas em café eram também as que possuíam as maiores áreas cultivadas no estado de São Paulo com os principais produtos para abastecimento interno, isto é, arroz, feijão e milho (ver Tabela 7). Há indícios inclusive de que as propriedades rurais nas zonas cafeeiras típicas tenham produzido mantimentos em quantidade suficiente para atender seus moradores e comercializar parte do produto nas localidades urbanas próximas. Na ausência de dados sobre o comércio entre municípios, uma estimativa da importância relativa da produção de alimentos pode ser feita comparando-a com a população residente em cada região.

A Figura 2 mostra que a área cultivada com alimentos em relação à população residente nas regiões aumenta conforme cresce a proporção da área ocupada com café no total da área cultivada. Essa relação pode ser interpretada como um indicador da capacidade de sustentação da população local com a produção de mantimentos, de forma que quanto maior for a razão café/área cultivada, maior a tendência de que os alimentos produzidos possam ter sido utilizados para autoconsumo e, eventualmente, para venda fora da propriedade rural. Tanto os proprietários das terras quanto os colonos imigrantes e nacionais podem ter sido responsáveis por essas lavouras. A única exceção à tendência verificada nas regiões foi a Baixa Sorocabana, que apresentou uma reduzida proporção de terras ocupadas com o café mas uma elevada área de produção de alimentos em relação à sua população, o que sugere que essa região pode ter produzido um excedente substancial para o mercado.

A análise agregada da produção agrícola revela, assim, um quadro variado de especialização produtiva entre as diferentes regiões do estado de São Paulo no início do século XX. A especialização exclusiva no cultivo do café limitou-se à maior região exportadora na época. Outras zonas cafeeiras novas, assim como as antigas, possuíam estruturas agrárias mais diversificadas, apesar da importância central do café nas suas economias. Não por coincidência, portanto, a maior área cultivada com produtos-chave para os mercados locais localizava-se com frequência justamente nas regiões que eram também especializadas

Figura 2. Importância da Produção de Alimentos, São Paulo, 1904-1905.

Fonte: Ver Tabela 2. Dados de população referentes ao ano de 1907.

na produção de café. Resta saber, porém, como se dava a alocação das terras cultivadas no âmbito das propriedades rurais individuais.

5. ESPECIALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Um outro aspecto da especialização agrícola na economia cafeeira diz respeito às decisões das propriedades rurais — o que e quanto cultivar, dadas a situação dos mercados e as condições de solo, oferta de trabalho, transporte, entre outros fatores. Quais foram as estratégias de produção dos proprietários rurais nas regiões cafeeiras e nas zonas especializadas em outros produtos? Em particular, de que forma pequenas e grandes unidades produtivas distribuíam suas terras entre produtos de exportação e mercado interno?

Um passo inicial para responder a essas perguntas consiste em estabelecer critérios para a divisão das unidades produtivas em pequenas e grandes propriedades rurais. Adotaremos aqui a classificação utilizada por Prado Jr. (1945a, p.693), em que as propriedades até 25 alqueires foram definidas como pequenas, as maiores que 25 a 100 alqueires como médias e as maiores que 100 alqueires como grandes propriedades. Alguns anos depois, Sérgio Milliet acrescentou mais uma categoria à classificação de Caio Prado Jr. a fim de contemplar diferenças entre as grandes propriedades. Milliet definiu as grandes propriedades como aquelas maiores que 100 até 500 alqueires e uma nova classe — latifúndio — para as unidades maiores que 500 alqueires, critério que também é adotado a seguir (Milliet, 1939/1982a, p.70).¹³ Apesar da arbitrariedade implícita no critério, a classificação torna possível organizar as informações das propriedades rurais sob um princípio uniforme, permitindo compará-las entre as regiões.¹⁴

A Tabela 10 apresenta a participação da área plantada com café no total da área cultivada das propriedades rurais em São Paulo no início do século XX, segundo as classes de tamanho das propriedades

¹³A classificação de Caio Prado Jr. é apresentada e discutida com mais detalhe em Colistete & Lamounier (2014, pp.12–13).

¹⁴Como observou José Francisco Camargo, “No caso do Estado de São Paulo, por exemplo, uma propriedade de 100 alqueires pode, conforme a zona em que se situe, representar uma propriedade pequena, média ou grande”; mesmo assim, argumenta o autor adiante, tal tipo de classificação é “ordinariamente a base de medida mais usual e compreensiva.” (Camargo, 1952, pp.189–90).



agrícolas definidas por Caio Prado Jr. e Sérgio Milliet.

Os dados referem-se a informações individuais de 48.013 propriedades rurais pesquisadas pela *Estatística Agrícola* de 1904-1905. Os ajustes realizados nos dados originais consistiram principalmente em excluir as propriedades cujas informações sobre área e produção eram incompletas ou inexistentes.

Os dados da tabela indicam que, em São Paulo, propriedades maiores tendiam a possuir áreas relativamente mais extensas de terras cultivadas com café, principalmente quando as pequenas propriedades são comparadas com as outras classes de tamanho. No conjunto do estado, as pequenas propriedades destinavam 36,1% de sua área cultivada para a produção de café, contra 52,6% das médias propriedades, 51,3% das grandes propriedades e 55,3% dos latifúndios. A exceção notável a essa tendência ocorreu na região da Araraquarense, em que as pequenas propriedades dedicaram mais terras ao café (52,1%) do que as grandes propriedades rurais e latifúndios (20,6% e 46,5%, respectivamente).¹⁵ A alocação de terras para o café também era elevada (em relação à média estadual) entre as pequenas propriedades de outras duas regiões tipicamente cafeeiras (Mogiana, 58,3%; Paulista, 43,1%), além da Alta Sorocabana (44%). Esses números demonstram que o produto de exportação típico da época era atraente também para os pequenos proprietários e que a concentração no cultivo do café nas maiores regiões produtoras abrangia todas as classes de produtores rurais.

Já as médias propriedades (52,6%) tinham uma participação marginalmente mais alta do café na área cultivada do que as grandes propriedades (51,3%) no total do estado de São Paulo (Tabela 10). Esse resultado geral foi determinado pela elevada participação do café nas médias propriedades da Araraquarense (64,2%), muito superior à das grandes propriedades (20,6%) e dos latifúndios (46,5%). Considerando o estado como um todo, os latifúndios possuíam a maior área relativa plantada com cafeeiros (55,3%), embora a diferença com relação às médias (52,6%) e grandes (51,3%) propriedades tenha sido marginal. Além disso, em quatro regiões — inclusive a maior produtora, a Mogiana, além da Central, Capital e Alta Sorocabana — os latifúndios possuíam relativamente menos terras dedicadas ao café do que as grandes

Tabela 10. Participação do Café na Área Cultivada por Tamanho da Propriedade, São Paulo, 1904-1905.

Regiões	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade	Latifúndio
Capital	1,7	0,6	1,1	0,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	22,6	45,1	58,6	58,7
Sorocaba	7,3	7,7	9,0	11,8
Central	27,5	43,9	64,3	41,4
Mogiana	58,3	70,0	73,9	64,7
Paulista	43,1	55,0	66,0	66,5
Araraquarense	52,1	64,2	20,6	46,5
Noroeste	24,3	30,2	48,1	63,8
Alta Sorocabana	44,0	56,8	68,9	59,8
Baixa Sorocabana	4,8	6,7	7,1	2,6
Santos e Litoral Sul	2,0	6,7	12,6	58,3
Estado de São Paulo	36,1	52,6	51,3	55,3

Notas: Cálculo baseado nos dados individuais de 48.013 propriedades rurais do estado de São Paulo. Tamanhos das propriedades de acordo com a classificação de Prado Jr. (1945a) e Milliet (1939/1982a): i) pequenas propriedades: de 0 a 25 alqueires; ii) médias propriedades: de 25 a 100 alqueires; iii) grandes propriedades: de 101 e 500 alqueires, e iv) latifúndios: maiores que 500 alqueires. 1 alqueire = 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados.

Fonte: São Paulo (1906-1907).

¹⁵As pequenas propriedades da região da Capital também tiveram maior participação de café na área cultivada, mas essa proporção era ínfima (1,7%, conf. Tabela 10).

propriedades; e em outras três (Central, Araraquarense e Capital), menos área cultivada com café do que as médias ou pequenas propriedades. Essas figuras são uma clara evidência de que o cultivo do café não se expandiu linearmente com o tamanho da propriedade e que houve variações regionais significativas em comparação com os resultados agregados do conjunto do estado de São Paulo.

É possível também medir a atração que o café exercia para um amplo espectro de produtores agrícolas estimando o grau de especialização de cada propriedade individual segundo sua classificação por tamanho. Para tanto, utilizamos o mesmo índice de especialização calculado na seção anterior (conf. Tabela 8), mas agora aplicado às propriedades individuais. A Tabela 11 atesta que, na média do estado de São Paulo, os maiores índices de especialização na produção cafeeira eram encontrados nas grandes propriedades, seguidas pelos latifúndios. Em três zonas específicas, os latifúndios apareciam como as unidades mais especializadas no café — Mogiana com 71,1% e Noroeste com 43,8%, além de um produtor marginal, Santos e Litoral Sul, com 9,1%. No entanto, as maiores diferenças na especialização das grandes propriedades em relação às médias e pequenas ocorriam nas antigas regiões do café, o Vale do Paraíba e a Central. Nelas, grandes propriedades e latifúndios tinham um percentual de especialização igual ou superior à média do estado, enquanto as pequenas e médias apresentavam percentuais significativamente menores que os registrados para o estado como um todo (ver Tabela 11). Na ausência de dados comparativos para décadas anteriores, o domínio das propriedades maiores possui duas explicações possíveis: seja porque, na sua época áurea, as grandes propriedades e os latifúndios das antigas regiões eram mais especializados do que os seus similares nas novas zonas do café ou, o que parece mais provável, o declínio da cafeicultura nas regiões antigas levou a uma maior diversificação produtiva das pequenas e médias propriedades.

No que diz respeito às outras classes de tamanho, mais uma vez a Araraquarense se distinguiu pelo maior peso relativo (45,9%) das médias propriedades especializadas em café do que as grandes propriedades (43,6%) e os latifúndios (43,8%), da mesma forma que ocorria com as médias propriedades (42,4%) da Alta Sorocabana em relação aos latifúndios (38,9%). Por sua vez, 24,9% das pequenas propriedades eram especializadas na produção de café no estado. Acompanhando a tendência das outras classes de

Tabela 11. Propriedades Especializadas em Café segundo Classes de Tamanho, São Paulo, 1904-1905.

Regiões	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade	Latifúndio
Capital	0,1	0,3	1,1	0,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	14,7	31,4	47,1	43,9
Sorocaba	4,4	2,7	4,8	4,8
Central	23,5	25,5	56,4	39,6
Mogiana	51,3	66,1	68,7	71,1
Paulista	31,6	46,6	60,3	49,5
Araraquarense	38,0	45,9	43,6	43,8
Noroeste	13,9	20,0	31,0	43,8
Alta Sorocabana	31,8	42,4	50,7	38,9
Baixa Sorocabana	2,7	2,9	4,4	1,9
Santos e Litoral Sul	1,1	1,2	3,6	9,1
Estado de São Paulo	24,9	35,8	47,4	40,3

Notas: Especialização da produção agrícola medida pelo índice definido no texto (ver equação na página 396). Cálculo baseado nos dados individuais de 22.051 propriedades rurais com área cultivada com café no estado de São Paulo. Tamanhos das propriedades de acordo com a classificação de Prado Jr. (1945a) e Milliet (1939/1982a): *i*) pequenas propriedades: de 0 a 25 alqueires; *ii*) médias propriedades: de 25 a 100 alqueires; *iii*) grandes propriedades: de 101 e 500 alqueires, e *iv*) latifúndios: maiores que 500 alqueires. 1 alqueire = 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados.

Fonte: São Paulo (1906-1907).



propriedades, esse percentual subia acentuadamente entre as pequenas unidades agrícolas das regiões tipicamente cafeeiras: 31,6% no caso da Paulista, 38,0% na Araraquarense e 51,3% na Mogiana, a maior zona produtora no início do século XX (Tabela 11).

Assim, embora as grandes propriedades tendessem a ser mais especializadas na produção de café, as pequenas propriedades também apresentavam elevados níveis de especialização na produção cafeeira, sobretudo nas zonas de expansão do café. Tal fato não é surpreendente dada a capacidade da lavoura do café adaptar-se a diferentes tamanhos de propriedade e regimes de trabalho (Gudmundson, 1989, p.221; Roseberry, 1995, pp.5–7; Topik & Clarence-Smith, 2003, pp.386–94). Uma implicação é que a ideia amplamente difundida de que a produção de café em São Paulo foi realizada basicamente em grandes fazendas, com alta capitalização e elevadas economias de escala — antítese do que ocorria, por exemplo, na Venezuela, Costa Rica e em partes da Colômbia —, deve ser qualificada.¹⁶ O mesmo se aplica às análises que associam pequenas unidades produtivas no Brasil fundamentalmente ao mercado interno, constituindo um mundo oposto ao domínio da exportação e das grandes propriedades.¹⁷ As pequenas e médias propriedades acompanharam a tendência de especialização regional e também foram atraídas para a produção de exportação, tendo em algumas zonas produtoras superado as grandes propriedades ou os latifúndios em seu grau de especialização na produção do café.

Uma questão complementar é saber qual era o perfil daquelas unidades que produziam bens tradicionalmente destinados ao consumo interno. A Tabela 12 apresenta a participação relativa das propriedades (por classes de tamanho) especializadas na produção de um produto típico de consumo interno, o milho, que era utilizado como alimento da população humana e dos animais de criação.

Tabela 12. Propriedades Especializadas em Milho segundo Classes de Tamanho, São Paulo, 1904-1905.

Regiões	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade	Latifúndio
Capital	54,5	87,3	84,9	66,7
Vale do Paraíba e Litoral Norte	63,2	53,4	41,8	46,7
Sorocaba	85,9	94,9	95,5	92,1
Central	78,1	77,7	58,1	64,4
Mogiana	56,4	40,3	38,8	37,4
Paulista	65,8	58,8	50,2	58,6
Araraquarense	64,4	59,5	61,1	62,5
Noroeste	87,1	84,0	81,0	68,8
Alta Sorocabana	72,7	67,0	60,4	64,6
Baixa Sorocabana	75,5	83,7	86,7	92,4
Santos e Litoral Sul	3,4	16,1	1,2	18,2
Estado de São Paulo	65,9	62,4	55,6	61,5

Notas: Especialização da produção agrícola medida pelo índice definido no texto (ver equação na página 396). Cálculo baseado nos dados individuais de 36.266 propriedades rurais com área cultivada com milho no estado de São Paulo. Tamanhos das propriedades de acordo com a classificação de Prado Jr. (1945a) e Milliet (1939/1982a): i) pequenas propriedades: de 0 a 25 alqueires; ii) médias propriedades: de 25 a 100 alqueires; iii) grandes propriedades: de 101 e 500 alqueires, e iv) latifúndios: maiores que 500 alqueires. 1 alqueire = 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados. *Fonte:* São Paulo (1906-1907).

¹⁶Exemplos deste tipo de comparação para a América Latina: Yarrington (1997, p.64); Solbrig (2008, p.508). Para a visão clássica da grande propriedade como domínio exclusivo do café no Brasil, Prado Jr. (1945/1969, pp.163-4 e 248-52); Costa (1966/1998, pp.75 e 522).

¹⁷Ver, por exemplo, Camargo (1952, p.191); Cano (1981, pp.60–61); Font (1990, pp.18–21); Castro (1987, pp.22–61).

Como é possível ver na tabela, as pequenas propriedades apresentavam um número relativo (65,9%) de unidades especializadas em milho superior ao das demais classificações de propriedades por tamanho no estado de São Paulo — tanto as médias (62,4%) e grandes propriedades (55,6%) como os latifúndios (61,5%). Esses dados demonstram que as pequenas propriedades possuíam uma tendência maior de especializarem-se em produtos voltados ao mercado interno, bastando comparar com o percentual visto anteriormente de pequenas propriedades (24,7%) especializadas em café. Os menores índices de especialização das pequenas propriedades — em relação à média do estado — foram registrados nas zonas tipicamente cafeeiras (Mogiana, Paulista e Araraquarense), Capital, Vale do Paraíba e Santos e Litoral Sul, essa última tradicionalmente especializada em arroz e produtos diversos.¹⁸ Ainda assim, os números acima também indicam que um elevado percentual de grandes propriedades especializava-se na produção de alimentos — 55,6% das grandes propriedades e 61,5% dos latifúndios. No caso das regiões do café, a proporção de latifúndios e grandes propriedades especializados em milho variou entre 37 e 63% do total. Nas regiões de Sorocaba e Baixa Sorocabana os percentuais foram ainda mais elevados, com cerca de 87% a 96% dos latifúndios e grandes propriedades especializando-se na lavoura de milho (Tabela 12).

Estas evidências complementam o que foi visto anteriormente a respeito do café, demonstrando que generalizações comuns sobre a posição de pequenas e grandes propriedades não são consistentes com o observado na economia agrária de São Paulo no início do século XX. Embora um maior número relativo de pequenas propriedades tenha se especializado na produção de mantimentos, sobretudo nas zonas com menor presença de café, a parcela de grandes propriedades e latifúndios especializada em milho e outros alimentos foi também substancial, provavelmente contribuindo para o atendimento ao consumo doméstico desses bens, conforme será visto a seguir.

6. PEQUENAS E GRANDES PROPRIEDADES NA OFERTA AGRÍCOLA

Embora um grande número de pequenas propriedades tenha se especializado em café, e um número ainda maior em alimentos, uma questão diferente é o peso relativo de sua produção no total da oferta dos bens agrícolas. A produção de café por parte das pequenas propriedades possuía alguma expressão quantitativa, como parecem sugerir os indicadores de área cultivada e especialização produtiva vistos anteriormente? Da mesma forma, qual era o peso da produção de café e alimentos nas grandes propriedades? A produção de alimentos era dominada por pequenas propriedades, como dá a entender boa parte da historiografia?

Conforme mostra a Tabela 13, no início do século XX a produção de café concentrava-se nas três zonas especializadas nesse produto: Mogiana (33,8%), Paulista (21,2%) e Araraquarense (15,8%). A antiga região Central (12,1%) e a nova área de expansão na Alta Sorocabana (10,4%) também exibiam uma participação expressiva na produção cafeeira. A zona pioneira do café no início do século XIX, constituída pelo Vale do Paraíba e Litoral Norte, já havia declinado para uma produção marginal (5,4%), enquanto as regiões restantes tinham participação negligível.

A distribuição da produção do café segundo o tamanho das propriedades agrícolas é resumida na Tabela 14. As grandes propriedades (46,6%) concentravam a maior parte da produção cafeeira em São Paulo, seguidas por médias propriedades (23,5%) e latifúndios (22,3%), ficando as pequenas unidades em posição marginal (7,6%) no total da produção do estado. Considerando as zonas cafeeiras principais, as grandes propriedades e os latifúndios somados produziam 59% do total do café na Araraquarense, 72% na Mogiana e 77% na Paulista. As médias propriedades respondiam por uma parcela substantiva do café sobretudo na Araraquarense (com 32,6% do total), superando inclusive os latifúndios (15,0%). As propriedades médias também produziam mais café do que os latifúndios nas regiões produtoras secundárias: a Central (24,8% contra 11,1%) e Alta Sorocabana (24,3% contra 17,7%), além do Vale do Paraíba e Litoral Norte (30,7% contra 12,8%).

¹⁸Os dados desses produtos relativos a Santos e Litoral Sul não são apresentados no texto.

**Tabela 13.** Produção de Café por Regiões, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Produção de Café
Capital	0,03
Vale do Paraíba e Litoral Norte	5,4
Sorocaba	0,69
Central	12,1
Mogiana	33,8
Paulista	21,2
Araraquarense	15,8
Noroeste	0,29
Alta Sorocabana	10,4
Baixa Sorocabana	0,31
Santos e Litoral Sul	0,08
Estado de São Paulo	100

Fonte: São Paulo (1906-1907).

Tabela 14. Produção de Café por Classes de Tamanho das Propriedades, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade	Latifúndio	Total
Capital	63,9	26,5	9,6	0,0	100,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	16,3	30,7	40,1	12,8	100,0
Sorocaba	11,9	30,2	41,5	16,5	100,0
Central	9,1	24,8	55,1	11,1	100,0
Mogiana	7,2	20,8	44,5	27,6	100,0
Paulista	4,9	18,0	47,3	29,7	100,0
Araraquarense	8,6	32,6	43,8	15,0	100,0
Noroeste	3,6	11,8	22,5	62,1	100,0
Alta Sorocabana	6,8	24,3	51,3	17,7	100,0
Baixa Sorocabana	13,3	29,3	35,1	22,3	100,0
Santos e Litoral Sul	2,3	22,9	18,5	56,3	100,0
Estado de São Paulo	7,6	23,5	46,6	22,3	100,0

Notas: Cálculo baseado nos dados individuais de 21.010 propriedades rurais com produção registrada de café no estado de São Paulo. Tamanhos das propriedades de acordo com a classificação de Prado Jr. (1945a) e Milliet (1939/1982a): i) pequenas propriedades: de 0 a 25 alqueires; ii) médias propriedades: de 25 a 100 alqueires; iii) grandes propriedades: de 101 e 500 alqueires, e iv) latifúndios: maiores que 500 alqueires. 1 alqueire = 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados.

Fonte: São Paulo (1906-1907).

Uma explicação para os percentuais relativamente altos dos latifúndios na produção cafeeira da Mogiana e Paulista pode ter sido o fato dessas regiões estarem, na época, entre as zonas mais novas e dinâmicas na produção do café. Sérgio Milliet (1939/1982b), por exemplo, argumentou que o declínio do café nas regiões mais antigas (Vale do Paraíba e Central) levou à diversificação agrícola e à repartição de terras, aumentando a presença das pequenas e médias lavouras. Contudo, diante da ausência de dados comparáveis de períodos anteriores, não é possível afirmar se a proeminência do latifúndio frente à média propriedade na Mogiana e na Paulista deveu-se ao dinamismo da lavoura cafeeira nessas regiões de expansão recente ou a características institucionais locais de posse da terra.¹⁹ Além disso, as médias propriedades na Alta Sorocabana, por exemplo, produziam relativamente mais café (24,3%) do que os latifúndios (17,7%), mesmo sendo essa região, na época, uma área de fronteira da cafeicultura (Tabela 14).

No caso de um produto típico destinado ao mercado doméstico, o milho, a produção revela-se menos concentrada e com uma distribuição distinta daquela do café entre as regiões do estado de São Paulo, de acordo com a Tabela 15.²⁰ A antiga zona Central aparece como a maior região produtora (19,1%), acompanhada pelas regiões cafeeiras da Paulista (16,9%), Mogiana (15,6%) e Araraquarense (14,0%). Novamente contrastando com o cultivo de café, outras regiões não cafeeiras registraram produção expressiva: Vale do Paraíba (10,4%), Baixa Sorocabana (7,4%) e Sorocaba (6,5%), além da Alta Sorocabana (8,6%).

Tal como ocorria com o café, contudo, a maior produção de milho teve lugar nas grandes propriedades, com 33,9% da colheita no estado de São Paulo (Tabela 16). As médias propriedades também vinham em segundo lugar com 27,8%, seguidas pelos latifúndios, que chegavam a 20,5% da produção estadual. As pequenas propriedades apresentavam a menor contribuição relativa (17,8%) na oferta de milho, mas sua participação era, ainda assim, mais de duas vezes superior à observada no caso do café (17,8% contra 7,6%).²¹ O cultivo do milho era uma atividade majoritariamente de pequenas propriedades apenas em

Tabela 15. Produção de Milho por Regiões, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Produção de Milho
Capital	0,99
Vale do Paraíba e Litoral Norte	10,4
Sorocaba	6,5
Central	19,1
Mogiana	15,6
Paulista	16,9
Araraquarense	14
Noroeste	0,59
Alta Sorocabana	8,6
Baixa Sorocabana	7,4
Santos e Litoral Sul	0,06
Estado de São Paulo	100

Fonte: São Paulo (1906-1907).

¹⁹Para o efeito de características institucionais locais sobre a concentração da propriedade em parte da região da Mogiana, ver Bacellar (1999).

²⁰Os resultados descritos a seguir para a produção de milho são semelhantes aos do feijão, cujos dados não são apresentados aqui por razões de espaço.

²¹Esses resultados conflitam com o que Font (1995) afirma que seria a estrutura agrária de São Paulo alguns anos depois: segundo o autor, os pequenos proprietários rurais dominavam a produção para o mercado interno em São Paulo na década de 1920. Ver também Font (1990, cap.1).

**Tabela 16.** Produção de Milho por Classes de Tamanho das Propriedades, São Paulo, 1904-1905 (em %).

Regiões	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade	Latifúndio	Total
Capital	46,9	31,0	19,1	3,0	100,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	33,8	29,3	27,4	9,6	100,0
Sorocaba	10,4	33,2	38,0	18,2	100,0
Central	19,6	30,7	32,7	17,1	100,0
Mogiana	16,1	24,4	38,8	20,7	100,0
Paulista	11,7	21,1	38,5	28,6	100,0
Araraquarense	20,1	34,0	32,8	13,1	100,0
Noroeste	13,0	33,6	23,6	29,7	100,0
Alta Sorocabana	17,2	30,0	34,4	18,5	100,0
Baixa Sorocabana	8,3	20,1	26,1	45,5	100,0
Santos e Litoral Sul	9,2	52,2	25,7	13,0	100,0
Estado de São Paulo	17,8	27,8	33,9	20,5	100,0

Notas: Cálculo baseado nos dados individuais de 37.163 propriedades rurais com produção registrada de milho no estado de São Paulo. Tamanhos das propriedades de acordo com a classificação de Prado Jr. (1945a) e Milliet (1939/1982a): i) pequenas propriedades: de 0 a 25 alqueires; ii) médias propriedades: de 25 a 100 alqueires; iii) grandes propriedades: de 101 e 500 alqueires, e iv) latifúndios: maiores que 500 alqueires. 1 alqueire = 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados.

Fonte: São Paulo (1906-1907).

duas regiões, a Capital e o Vale do Paraíba e Litoral Norte, onde alcançavam 46,9% e 33,8% do total produzido, respectivamente. Em outras duas zonas, Central e Araraquarense, as pequenas propriedades produziam mais do que os latifúndios, algo que não ocorria nas demais regiões. Já na Baixa Sorocabana a maior produção relativa era encontrada nos latifúndios, uma característica que não se observa em qualquer outra região de São Paulo na época. Esses resultados díspares tornam difícil generalizar as características da produção de milho (e feijão) de uma região para o conjunto do estado de São Paulo.

De uma maneira geral, portanto, a produção de um bem tipicamente destinado ao mercado doméstico como o milho apresentava uma distribuição regional distinta da produção cafeeira, mas não se distinguia de forma apreciável da lavoura do café no que diz respeito à contribuição das grandes propriedades à oferta agrícola.

7. CONCLUSÕES

Duas conclusões gerais podem ser extraídas da análise realizada nas seções anteriores. Essas conclusões corroboram os estudos de geógrafos e historiadores das primeiras décadas do século XX que retrataram um quadro diversificado de especializações agrícolas no estado de São Paulo em meio à grande expansão cafeeira, mas ao mesmo tempo adicionam novas evidências e dimensões que complementam tais estudos. Em primeiro lugar, a especialização exclusiva no cultivo do café no início do século XX restringiu-se àquela que era então a maior região exportadora do mundo — a Mogiana. Outras zonas cafeeiras especializadas no café (Araraquarense e Paulista) possuíam estruturas agrárias mais diversificadas, o que determinou o fato aparentemente paradoxal de que as três regiões especializadas em café estavam entre aquelas com a maior área cultivada com os principais produtos (arroz, milho e feijão) destinados ao mercado doméstico.

As demais regiões especializaram-se em produtos do mercado interno, mesmo que o café cultivado em zonas como a Central, o Vale do Paraíba e a Alta Sorocabana tenha ocupado uma parcela significativa da área plantada do produto no conjunto do estado. Deste modo, uma análise mais sensível às variações regionais possibilita identificar características importantes da estrutura e dos mercados agrários que em geral são suprimidas por análises agregadas da economia de São Paulo durante a expansão cafeeira.

A segunda conclusão geral diz respeito às propriedades rurais individuais. As grandes propriedades foram aquelas por excelência especializadas na produção do café, mas as pequenas propriedades também apresentaram altos índices de especialização no produto, particularmente nas zonas cafeiras, indicando que a produção de exportação era atraente para proprietários de todos os tamanhos. Por consequência, a noção de que o cultivo do café era tipicamente o domínio das grandes propriedades, com elevadas economias de escala e capitalização, deve ser pelo menos qualificada tanto nas comparações tradicionais do café na América Latina (Brasil em contraste com Venezuela, Costa Rica e partes da Colômbia) como nas análises específicas sobre o Brasil. De forma análoga, a despeito da tendência de maior especialização das pequenas propriedades nos produtos de consumo doméstico, as grandes propriedades apresentaram altos índices de especialização no cultivo de produtos típicos do mercado interno, como arroz, feijão e milho.

As informações relativas ao volume de produção agrícola reforçam essa última conclusão. Os dados de produção mostram que as grandes propriedades ocupavam um lugar central tanto no cultivo do produto de exportação quanto em alguns dos mais importantes produtos do mercado interno no estado de São Paulo do início do século XX. Os latifúndios também detinham uma participação significativa da oferta de ambos tipos de produtos, embora estivessem em uma posição secundária em relação às médias propriedades. Na época, a oferta desses produtos para o mercado interno só foi dominada por pequenas propriedades em regiões específicas, a Capital e o Vale do Paraíba e Litoral Norte. Em outras, a produção de mantimentos podia ser majoritariamente realizada em grandes propriedades ou até latifúndios, como na Baixa Sorocabana.

Estes resultados demonstram que a generalização para o estado de São Paulo ou para o Brasil de evidências encontradas em localidades ou regiões específicas pode levar a uma imagem distorcida da posição ocupada por pequenas e grandes propriedades do século XIX e início do século XX. E que é preciso revisar noções arraigadas — inclusive em trabalhos recentes — sobre a natureza das estruturas agrárias dos produtos de exportação e do mercado interno na história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bacellar, C. d. A. P. (1999). Uma rede fundiária em transição. In C. de Almeida Prado Bacellar & L. R. Brioschi (Eds.), *Na estrada do Anhanguera: Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP.
- Bassanezi, M. S. C. B., & Francisco, P. M. S. B. (Eds.). (2003). *Estado de São Paulo: Estatística agrícola e zootécnica, 1904–1905* [CD-ROM]. Campinas: Nepo/Unicamp.
- Brasil, Directoria Geral de Estatística. (1876). *Recenseamento geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger.
- Brasil, Directoria Geral de Estatística. (1917). *Anuario estatístico do Brazil, 1908–1912* (Vol. II). Rio de Janeiro: Typographia da Estatística.
- Brasil, Directoria Geral de Estatística (1926). *Recenseamento do Brasil* (Realizado em 1 de Setembro de 1920). Vol. IV, 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística.
- Camargo, J. F. d. (1952). *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos* (Vol. 1). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Cano, W. (1981). *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2ª ed.). T.A. Queiroz.
- Castro, H. M. M. d. (1987). *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense.
- Cobra, A. N. (1923). *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos.
- Colistete, R. P., & Lamounier, M. L. (2014). *Land inequality in a coffee economy: São Paulo during the early twentieth century* (Working Papers Series Nº 2014-1). São Paulo: Department of Economics – FEA/USP. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon/RePEC/documentos/Colistete_Lamounier01WP.pdf
- Costa, E. V. d. (1998). *Da senzala à Colônia* (4ª ed.). São Paulo: Editoria Unesp. (Obra original de 1966)
- Dean, W. (1997). *With broadax and firebrand: The destruction of the Brazilian atlantic coastal forest*. Los Angeles: University of California Press.



- de Castro, H. M. M. d. (1988). Beyond masters and slaves: Subsistence agriculture as a survival strategy in Brazil during the second half of the nineteenth century. *Hispanic American Historical Review*, 68, 461–89.
- Deffontaines, P. (1936a). Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale. *Annales de Géographie*, 45, 50–71.
- Deffontaines, P. (1936b). Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale. *Annales de Géographie*, 45, 160–174.
- Denis, P. (1909). *Brazil*. London: T. Fisher Unwin.
- Font, M. (1990). *Coffee, contention, and change in the making of modern Brazil*. Oxford: Blackwell.
- Font, M. (1995). Labor system and collective action in a coffee export sector: São Paulo. In W. Roseberry, L. Gudmundson & M. S. Kutschbach (Eds.), *Coffee, society, and power in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Gudmundson, L. (1989). Peasant, farmer, proletarian: Class formation in a smallholder coffee economy, 1850–1950. *Hispanic American Historical Review*, 69, 221–57.
- Holanda, S. B. d. (1994). Uma civilização do milho. In *Caminhos e fronteiras* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original de 1956)
- Holloway, T. (1974). *Migration and mobility: Immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, 1886-1934* (PhD diss.). University of Wisconsin, Madison, WI.
- James, P. (1932). The coffee lands of Southeastern Brazil. *Geographical Review*, 22, 225–244.
- Love, J. (1982). *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889–1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Milliet, S. (1982a). O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. In *Roteiro do café e outros ensaios: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil* (4ª ed.). Hucitec. (Obra original de 1939)
- Milliet, S. (1982b). Roteiro do café. In *Roteiro do café e outros ensaios: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil* (4ª ed.). Hucitec. (Obra original de 1939)
- Monbeig, P. (1937). Les zones pionnières de l'État de São Paulo. *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 46, 343–65.
- Monbeig, P. (1945-1946). A divisão regional do estado de São Paulo. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1, 19–36.
- Monbeig, P. (1957). As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. In *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Monbeig, P. (1998). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* (2ª ed.) [Tradução da tese original de 1949]. São Paulo: Hucitec.
- Nakamura, R., & Paul, C. M. (2009). Measuring agglomeration. In R. Capello & P. Nijkamp (Eds.), *Handbook of regional growth and development theories*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Pestana, P. (1923). *A expansão econômica do estado de S. Paulo num século, 1822–1922*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.
- Platt, R. (1935). Coffee plantations of Brazil: A comparison of occupancy patterns in established and frontier areas. *Geographical Review*, 25, 231–39.
- Prado Jr., C. (1945a). Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo [Publicado originalmente em *Geografia*, 1, 1935]. *Boletim Geográfico*, 29, 692–700.
- Prado Jr., C. (1945b). O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo [Publicado originalmente em *Geografia*, 3, 1935]. *Boletim Geográfico*, 31, 920–31.
- Prado Jr., C. (1969). *História econômica do Brasil* (11ª ed.). São Paulo: Brasiliense. (Obra original de 1945)
- Roseberry, W. (1995). Introduction. In W. Roseberry, L. Gudmundson & M. S. Kutschbach (Eds.), *Coffee, society, and power in latin america*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Sampaio, T. (1890). Considerações geográficas e economicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. *Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo*, 4.
- Sampaio, T. (1900–1901). S. Paulo no seculo XIX. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, VI, 159-205.
- Singh, J., & Dhillon, S. (1984). *Agricultural geography*. New Dheli: Tata McGraw-Hill.

- Solbrig, O. (2008). Structure, performance, and policy in agriculture. In *The cambridge economic history of Latin America* (Vol. II). Cambridge: Cambridge University Press.
- São Paulo, Comissão Central de Estatística. (1888). *A província de São Paulo em 1888: Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo*. Typographia King.
- São Paulo, Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. (1906-1907). *Estatística agrícola e zootechnica do estado de São Paulo no anno agrícola de 1904–1905*. São Paulo: Tip. Brazil.
- Topik, S., & Clarence-Smith, W. G. (2003). Conclusion: New propositions and a research agenda. In W. G. Clarence-Smith & S. Topik (Eds.), *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500–1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- Van Delden Laerne, C. F. (1885). *Rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique*. La Haye: Martinus Hijhoff.
- Yarrington, D. (1997). *A coffee frontier: Land, society, and politics in Duaca, Venezuela, 1830–1936*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.



APÊNDICE. CLASSIFICAÇÃO DAS REGIÕES DE SÃO PAULO E SEUS MUNICÍPIOS

Zona	Municípios
Capital	Capital (1558), Conceição dos Guarulhos (Guarulhos, 1880), Cotia (1856), Itapeverica (1877), Juqueri (Mairiporã, 1889), Santo Amaro (1832), São Bernardo (São Bernardo do Campo, 1889)
Vale do Paraíba e Litoral Norte	Areias (1816), Bananal (1832), Santo Antônio da Bocaina (Cachoeira Paulista, 1880), Buquira (Monteiro Lobato, 1880), Caçapava (1855), Cruzeiro (1871), Cunha (1785), Guararema (1898), Guarantiguetá (1651), Jacareí (1656), Jambéiro (1876), Jataí (1887), Lagoinha (1880), Lorena (1788), Mogi das Cruzes (1611), Natividade (Natividade da Serra, 1863), Paraibuna (1832), Patrocínio de Santa Izabel (Igaratá, 1873), Pindamonhangaba (1705), Pinheiros (Lavrinhas, 1881), Queluz (1842), Redenção (Redenção da Serra, 1877), São José do Barreiro (1859), São José dos Campos (1767), Salesópolis (1857), Santa Branca (1856), Santa Isabel (1832), São Bento do Sapucaí (1858), São Luis do Paraitinga (1773), Silveiras (1864), Taubaté (1645), Tremembé (1896), Vila Vieira do Piquete (Piquete, 1891), Caraguatatuba (1857), São Sebastião (1636), Ubatuba (1637), Vila Bela (Ilhabela, 1806)
Sorocaba	Araçariquama (1874), Campo Largo de Sorocaba (Araçoiaba da Serra, 1857), Espírito Santo da Boa Vista (Angatuba, 1885), Guareí (1880), Itapetininga (1771), Parnaíba (Santana de Parnaíba, 1625), Piedade (1857), Pilar (Pilar do Sul, 1891), São Roque (1832), Sarapuí (1872), Sorocaba (1661), Tatui (1844), Una (Ibiúna, 1857)
Central	Atibaia (1769), Bragança (Bragança Paulista, 1797), Cabreúva (1859), Campinas (1797), Capivari (1832), Indaiatuba (1859), Itatiba (1857), Itú (1654), Jundiá (1655), Monte Mor (1871), Nazaré (Nazaré Paulista, 1850), Piracicaba (1859), Piracicaba (1821), Porto Feliz (1797), Rio das Pedras (1894), Salto de Itú (Salto, 1889), Santa Bárbara (Santa Bárbara d'Oeste, 1869), São João do Curralinho (Joanópolis, 1895), São Pedro (1881)
Mogiana	Amparo (1857), Batatais (1839), Caconde (1864), Cajuru (1865), Casa Branca (1841), Cravinhos (1897), Espírito Santo do Pinhal (1877), Franca (1821), Itapira (1858), Ituverava (1885), Jardinópolis (1898), Mococa (1871), Mogi-Guaçu (1877), Mogi-Mirim (1769), Nuporanga (1885), Patrocínio do Sapucaí (Patrocínio Paulista, 1885), Pedreiras (Pedreira, 1896), Ribeirão Preto (1871), Santa Rita do Paraíso (Igarapava, 1873), Santo Antônio da Alegria (1885), São João da Boa Vista (1859), São José do Rio Pardo (1885), São Simão (1865), Serra Negra (1859), Sertãozinho (1896), Socorro (1871), Tambaú (1898)
Paulista	Anápolis (Analândia, 1897), Araraquara (1832), Araras (1871), Barretos (1885), Bebedouro (1894), Belém do Descalvado (Descalvado, 1865), Jaboticabal (1867), Leme (1895), Limeira (1842), Pirassununga (1865), Pitangueiras (1893), Porto Ferreira (1896), Rio Claro (1845), Santa Cruz da Conceição (1898), Santa Cruz das Palmeiras (1885), Santa Rita do Passa Quatro (1885), São Carlos do Pinhal (1865)
Araraquense	Bariri (1890), Boa Esperança (1898), Boa Vista das Pedras (Itápolis, 1891), Brotas (1859), Dois Córregos (1874), Dourados (Dourado, 1897), Ibitinga (1890), Jaú (1866), Matão (1898), Mineiros (Mineiros do Tietê, 1898), Monte Alto (1895), Pederneiras (1891), Ribeirão Bonito (1890), Ribeirãozinho (Taquaritinga, 1892), São João da Bocaina (Bocaina, 1891), São José do Rio Preto (1894)
Noroeste	Bauru (1887)
Alta Sorocabana	Avaré (1875), Botucatu (1855), Campos Novos do Paranapanema (Campos Novos Paulista, 1885), Espírito Santo do Turvo (1885), Fartura (1891), Lençóis (Lençóis Paulista, 1865), Pereiras (1889), Piraju (1880), Remédios do Tietê (Anhembí, 1891), Rio Bonito (Bofete, 1880), Santa Bárbara do Rio Pardo (Águas de Santa Bárbara, 1876), Santa Cruz do Rio Pardo (1876), São João de Itatinga (Itatinga, 1896), São Manoel do Paraíso (São Manuel, 1885), São Paulo dos Agudos (Agudos, 1898), São Pedro do Turvo (1891), Tietê (1842)
Baixa Sorocabana	Apiáí (1771), Bom Sucesso (1885), Capão Bonito do Paranapanema (Capão Bonito, 1857 e 1868), Faxina (Itapeva, 1769), Iporanga (1873 e 1936), Itaporanga (1871), Itararé (1896), Lavrinhas da Faxina (Itaberá, 1891), Ribeirão Branco (1892), São Miguel Arcanjo (1889), Santo Antonio da Boa Vista (Itaí, 1891), Xiririca (Eldorado, 1842)
Santos e Litoral Sul	Cananéia (1587), Conceição de Itanhaém (Itanhaém, 1549 ou 1579), Iguape (1635 ou 1638), Santos (1545), São Vicente (1700)

Nota: os anos de fundação referem-se às datas em que foram publicadas as leis de criação das vilas, que não necessariamente coincidem com as suas datas de instalação.

Fontes: Camargo (1952); Holloway (1974); Milliet (1939/1982b). Informações sobre datas de fundação de acordo com São Paulo (1888) e Seade, “Histórico da Formação dos Municípios de São Paulo” (<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos>).